

XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Eixo Temático: Educação, Diversidade e Inclusão.

O ENSINO DE LITERATURA EM UMA ABORDAGEM DECOLONIAL: A (de)colonialidade do saber no Brasil

Francieli Meotti Oliveira¹
Sidinei Pithan da Silva²

RESUMO

O presente estudo surge a partir das inquietações de seus autores acerca do ensino de literatura, partindo da análise das contribuições do pensamento decolonial para com a descolonização epistêmica do ensino e aprendizagem básica e acadêmica brasileira. Concernente a esse domínio, leva-se em consideração os saberes proporcionados sobretudo referente à uma exclusão da cultura para/de uma parcela da população nos espaços educacionais. No que concerne à discussão, temáticas como multiculturalismo, interculturalidade e cânone literário serão analisadas, reforça-se a relevância do pensamento decolonial, entendido aqui como forma de agir no mundo em que habita frente à continuidade da ótica hegemônica colonial, obtendo-se o enfrentamento de posturas incompatíveis com preconceitos (pré-determinados) socialmente. Diante dessa perspectiva, busca-se apresentar o ensino de literatura como um processo educativo de inclusão, democratização cultural e transformação social, destacando o valor de uma educação crítica na constituição e conscientização do sujeito por meio da literatura com vistas a ampliar suas compreensões acerca de si mesmo e de seu entorno.

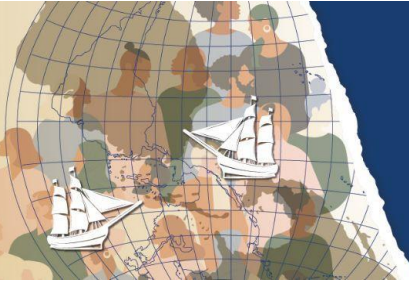
Palavras-chave: Educação Básica e Superior. Ensino de Literatura. Pensamento Decolonial.

INTRODUÇÃO

A década de 1990 trouxe os estudos conduzidos pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) e do sociólogo argentino Walter D. Mignolo (2008), que realizaram uma sistematização de pesquisas, as quais revisam a noção do poder que é conceituada a respeito da modernidade e a partir dela. Quijano (2005) conceitua a ideia de colonialidade do poder, o que nos faz refletir acerca dos padrões de dominação global, podendo ser caracterizada como uma face oculta das

¹ Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí/2023). Graduada em Letras – Português e Inglês pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí/2019), Ijuí/RS. francieli.moliveira@sou.unijui.edu.br.

² Doutor em Educação (UFPR). Professor na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. sidinei.pithan@unijui.edu.br



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



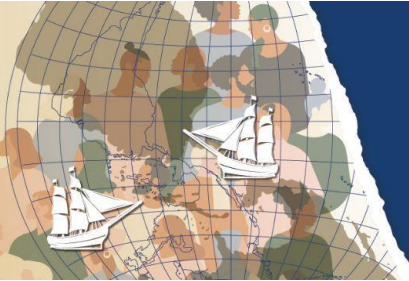
chamadas civilizações modernas, tendo por origem a conquista da América Latina, em condescendência com a constituição ao modo de produção capitalista.

Essa virada epistemológica condiciona outro centro acerca das origens da modernidade, retirando-a do antes eixo Iluminismo – Revolução Industrial e colocando-a na linha conflituosa que se estabeleceu pela Europa, fato ocorrido entre o final do século XV e início do XVI. As discussões a respeito da colonialidade são nutridas em muitas instâncias com alguns movimentos de independência na América Latina que ganha outras roupagens a partir de estudos subalternos e pós-coloniais. Depois desse período ocorre uma reformulação da perspectiva discursiva social, o qual descentraliza a noção de sujeitos e de narrativas contemporâneas.

Os estudos decoloniais vem com o propósito de confirmar a perspectiva de análise dessas novas estruturas, por meio de contribuições teóricas investigativas heterogêneas acerca da colonialidade – especificamente – na América Latina. O antropólogo Arturo Escobar (2012) chama esse estudo de “espaço enunciativo”, que tem por objetivo cobrir revisões historiográficas e estudos de caso, até a retomada do pensamento crítico, partindo de premissas epistêmicas em suas variadas perspectivas.

Após as definições prévias sobre colonialidade, assim como acerca dos estudos decoloniais, reforça-se os incômodos que causaram estímulo para tal estudo. Diante a noção e concepção do cânone literário no contexto da educação (básica e acadêmica), pode-se evidenciar a ausência de autores, sejam esses negros, indígenas, mulheres e demais, os quais pertencem a classes sociais menos favorecidas, que produzem estudos escritos pelo sujeito subalternizados. Mesmo durante a formação universitária, nota-se que poucos são os autores e as obras que retratam a realidade e o pensamento desses sujeitos.

Incômoda é a resistência - velada ou explícita - que algumas instituições educacionais apresentam em trabalhar com obras de escritores que fogem ao padrão excludente do cânone reconhecido tradicionalmente. Outro fator de incômodo é o modo como os estudos no ensino de literatura muitas vezes abordam esta temática, pois entende-se que muitos estudiosos buscam repensar os modos de se ensinar literatura, contudo, se torna perceptível que as pesquisas acabam sendo reproduções de modelos e pensamentos, os quais não dialogam mais com a realidade dos alunos brasileiros, e por vezes, as entidades educacionais não se propõe a repensar o sistema educacional como um todo.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Diante de tais entendimentos, que envolvem nossa posição ética e política frente essas questões, tais apontamentos nos permite pensar que este modelo de educação pode ser considerado decolonialidade, já que se trata de uma noção elaborada, sobretudo, por se concentrar em analisar crítica e profundamente como a colonialidade Europeia se impôs nas estruturas de poder na América Latina. Neste caso, a decolonialidade passa a configurar-se enquanto potência, refletindo e modificando as estruturas fixas no que diz respeito ao ensino de literaturas, o qual atua, em uma perspectiva crítica da educação como um todo.

Buscando promover a decolonialidade do poder e do saber dos efeitos coloniais que se fizeram presentes até meados do século XVI sobre classe, gênero, etnia e sexualidade, questiona-se aqui acerca das novas narrativas e se estas são receptíveis no aprendizado escolar e acadêmico; se tais narrativas podem gerar reflexões acerca das hierarquias sociais, sobretudo, nas perspectivas que excluem outras visões.

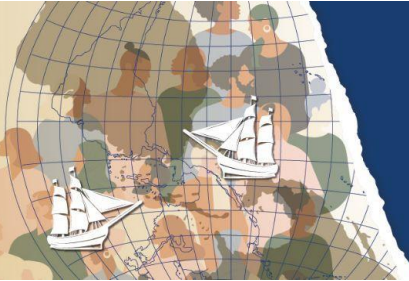
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo e análise leva em consideração as ideias, pensamentos, pesquisas, pressupostos e as noções apresentadas por pensadores, filósofos, sociólogos e estudiosos acerca da educação, entre os quais destacam-se: Ballestrin (2013), Mignolo (2008), Quijano (2005), entre outros. Nesta perspectiva, este estudo se qualifica como abordagem de tipo revisão bibliográfica, descritiva com aporte hermenêutico.

Relacionando esses contextos à educação, Marques (1990, p. 105), disserta que “a pedagogia enquanto hermenêutica, procura penetrar no tempo da educação para desvendar-lhes os sentidos históricos”, neste caso, se torna um desafio ao professor tecer um olhar crítico para tais sentidos, fazendo com que sejam interpretados e atualizados diante o ensino com/para os educandos. O que evidencia uma postura que pode desencadear uma espécie de emancipação humana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No final dos anos 1990 ocorre a reunião de intelectuais Latino-americanos de distintas nacionalidades, os quais atuaram em diferentes campos do saber e contribuíram ao chamado



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



grupo Modernidade/Colonialidade, sendo posteriormente conhecido como grupo M/C, o qual realizou o movimento fundamental, no qual ocorre a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina do século XXI. Segundo Ballestrin (2013, p. 89), ocorre a defesa da “opção decolonial”- epistêmica, teórica e política - para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”.

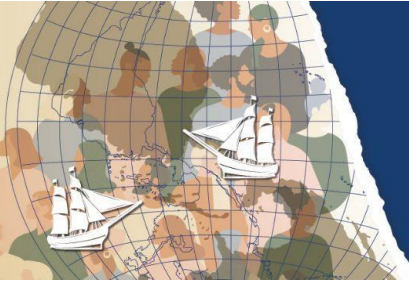
O grupo denominado Estudos Subalternos Latino-americanos acaba inserindo a América Latina nos chamados estudos pós-coloniais. Com a criação do M/C acaba sendo forjada a ideia de decolonialidade, a qual apresenta dois conceitos que foram apresentados por Quijano, que se tornaram fundamentais, o sentido “colonialidade do poder e de ‘modernidade””.

Segundo o sociólogo peruano, existem dois eixos históricos que convergem e estabelecem-se como sendo fundamentais de um novo padrão de poder “por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”, em contrapartida, ocorre “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p. 107).

Conseqüentemente as relações sociais fundamentadas nas diferenças acabam produzindo identidades sociais novas na América, tais como a de negros, mestiços, índios, entre outras. Neste caso, pode-se afirmar que a questão da raça e a identidade racial acabaram sendo estabelecidas como instrumento de classificação social da população, além disso, outros quesitos são levados em conta, tais como ser branco, hétero, se é ou não do sexo feminino, classe média e alta (não a classe baixa), entre outros fatores. Nos termos de Quijano (2005, p. 107) “os dominantes chamaram a si mesmos de brancos”, sendo assim, pode-se observar que a ideia de raça foi o mecanismo utilizado para dar legitimidade às relações de dominação que foram impostas pelo colonialismo.

[...] Os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para distribuição da população mundial (Quijano, 2005, p. 108).

A Europa, enquanto centro do capitalismo mundial, passa a controlar o mercado no mundo todo, impondo seu domínio colonial sob todas as populações e regiões do planeta,



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



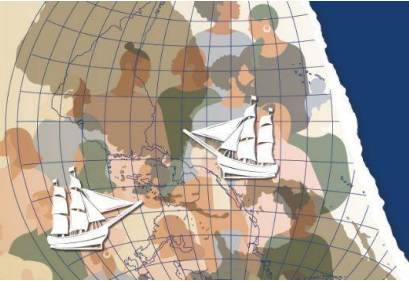
passando a ser considerada como um modelo a ser seguido. Ao mesmo tempo, acabam sendo atribuídas novas identidades sociais, tais como índios, negros, amarelos, brancos e mestiços; já nas questões geoculturais, passa-se a ter a americana, africana, oriental, ocidental e europeia, como sendo classificatórias às populações do mundo. Em contraste a esses pensamentos, Mignolo (2008) nos diz que o pensamento decolonial emerge da própria fundação na ideia de colonialidade/modernidade. O estudioso argentino ainda revela que,

[...] a decolonialidade é, então, a energia que não se deixa manejar pela lógica da colonialidade nem crê em contos de fadas da retórica da modernidade. Se a decolonialidade tem sua variada gama de manifestações - algumas não desejáveis, com essas que hoje Washington descreve como “terroristas” - o pensamento decolonial é, então o pensamento que se desprende e se abre [...] encoberto pela racionalidade moderna, montado e fechado nas categorias do grego e do latim e das 6 línguas imperiais modernas (Mignolo, 2008, p. 27).

Por meio da abertura que os estudos de Mignolo (2008) nos profere, nota-se que passa a ocorrer o entendimento acerca das novas possibilidades de construção e resgate de saberes, sendo esses produzidos por sujeitos antes subalternizados que agora procuram se colocar como protagonistas de suas próprias histórias, se esquivando e afastando-se dos pensamentos duais que foram impostos pelo eurocentrismo. A decolonialidade nos proporciona integrar os conhecimentos produzidos fora dos centros hegemônicos, de sujeitos que se encontravam assujeitados no processo de colonialidade, ou seja, indígenas, negros, LGBTQIAPN+, mulheres, a população da classe trabalhadora, entre outros. Com isso, busca-se a reestruturação do sistema em vista de torná-lo mais aberto, sem que ocorra uma hierarquização dos saberes, da história, das línguas e do modo de ser do homem.

Nesse ponto, o reconhecimento por uma educação igualitária se torna imprescindível. Temas que envolvam o estudo e o entendimento acerca do gênero e diversidade sexual, assim como, questões relacionadas aos direitos da mulher, indígenas, negros e outros grupos sociais, se fazem presentes, sendo considerados temas alvos de políticas educacionais. Diante esta premissa, é preciso analisar esta “abertura” acerca dos saberes a serem direcionados ao ensino nas entidades escolares e universitárias, o qual pretende que todos os cidadãos, independente de classe social ou pertencimento cultural, possam ter acesso.

Uma possível análise a esta conjectura, aponta para as políticas educacionais “multiculturais” que apontam - ao menos na superfície discursiva - e reconhece que existe a diversidade, sendo perceptível nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1996), como



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



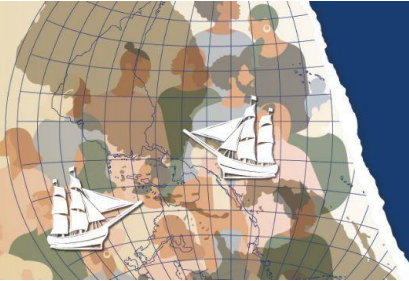
também frente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). A política “multicultural” pode parecer apenas uma estratégia gerada no mundo moderno colonial, a qual pretende incluir os sujeitos, que anteriormente foram deixados de fora, para que agora possam sim se encontrar em um modelo globalizado de sociedade, mas que na verdade, é percebido como regido por interesses mercadológicos.

Em contraponto à interculturalidade funcional, a pedagoga Catherine Walsh (2009), passa a defender a concepção de uma interculturalidade crítica que questiona a abordagem funcional vigente, ao qual responde aos interesses e necessidades das instituições sociais, em evidência a de ensino. Essa noção nos remete à construção de e a partir de indivíduos, os quais sofreram e ainda sofrem, na história, com a subalternização. A interculturalidade reivindica o processo de reexistência, fazendo-nos refletir acerca de um novo modo de conviver e de viver em sociedade.

Neste caso, os sujeitos que, de alguma forma foram subalternizados, experienciaram o racismo, preconceitos por sua orientação sexual, por serem mulheres, ou seja, preconceitos por ordens diversas e que sofreram ao longo da história um apagamento de suas culturas e identidades, passam a reivindicar seus espaços de resistência e existência para que possam existir plenamente. Essa situação se reflete diretamente na literatura, quando passamos a ter uma leitura decolonial desse ensino, podendo se configurar como um início revolucionário do próprio ato de ‘ler’ e ‘ouvir’ os sujeitos subalternizados, os quais, por séculos foram desautorizados nos ritos de leituras.

Passa a se considerar nesse entremeio, a determinação do cânone literário e a atuação da crítica literária, que durante séculos se pautaram em modelos e critérios eurocêntricos ao decidir o que deve ou não ser considerado como literatura, tendo em vista uma vasta ótica de fatores históricos mobilizados seletivamente. O resultado é sintomático, a medida em que, a “alta literatura” brasileira passa a se constituir em sua maioria por autores brancos, heterossexuais, de classe média/alta, que, porventura, desprestigia autores indígenas, LGBTQIAPN +, negros (as), da camada popular, entre outros, considerando-os, indiretamente como “não literatura”.

Podemos citar o exemplo da autora Conceição Evaristo, que concorreu à cadeira de número 7 na Academia Brasileira de Letras (ABL), mas que teve sua candidatura negada. A linguista recebeu apenas um voto, enquanto que, Cacá Diegues recebeu 22 e Pedro Corrêa do



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí

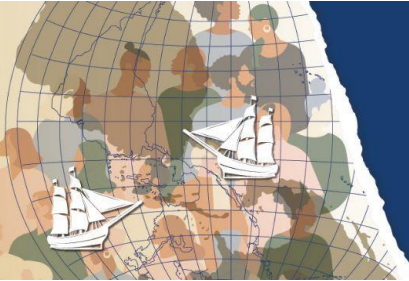


Lago - neto de Oswaldo Aranha - recebeu 11 votos. Evaristo entrou na disputa para também expor a falta de representatividade negra e feminina na centenária academia. Neste contexto, vale salientar que existem duas acepções para ter uma noção de cânone literário, a primeira que a define como produções verbais que ditam normas estilísticas, como também, estéticas conforme a época, neste caso, o mérito artístico advém da crítica especializada. O segundo diz respeito a ideia de ‘clássicos’, no qual as obras representadas devem obter uma confirmação social que, historicamente é marcada por atrair leitores, e isso independe de normas estéticas preestabelecidas.

Não se trata aqui de compor uma renúncia ao cânone já estabelecido, contudo, se reivindica a convivência nos espaços escolares e universitários das múltiplas manifestações culturais e artísticas que representam a sociedade em um todo. Portanto, assume-se a compreensão da literatura não somente como uma ferramenta para a plena democratização cultural, mas também, se condira que ela dá a possibilidade equitativa dos bens simbólicos. Neste contexto, ao se considerar o ensino da literatura como uma ‘disciplina’ básica escolar, como também ao estudo universitário brasileiro, se torna preciso levar em consideração os contextos sociopolíticos dos estudantes que compõem estas entidades de ensino.

Pode-se dizer que a expansão do ensino não promoveu a democratização da educação pública, pois é visto que ela se estabelece aos propósitos de qualificar a mão de obra, ou seja, preparar o aluno para que ingresse ao mercado de trabalho. Tendo isso em vista, observa-se que a educação não atende às exigências éticas de reestruturação do sistema educacional, com isso, não contempla a diversidade sociocultural de forma ampla e não hierárquica de seus atores. Este modelo de ensino acarreta uma série de desajustes identitários, o que favorece a baixa autoestima e o interesse dos estudantes, podendo causar hostilidade dos alunos para com a educação básica e universitária. Isso pode acarretar o desligamento desses sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Ao mesmo tempo, deve se evitar o relativismo absoluto do ensino, o que levaria a uma inversão dos modos epistêmicos de ensino.

Esse cenário fundamenta-se no princípio da negociação entre os aspectos culturais e não hierarquizados *a priori* dos saberes. Nessa discussão, colocamo-nos a pensar e reestruturar as questões da colonialidade dos saberes, tendo em vista o ensino da literatura como disciplina escolar e universitária. A teorização da literatura auxilia no exercício da crítica e serve de ampliação dos sentidos na leitura dos textos literários, expandindo o escopo e seu efeito sobre



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



a subjetividade do leitor. Portanto, o ensino não deve permanecer-se refém em virtude de uma vertente crítica e/ou de uma teoria particular, pois possui o risco em estabelecer uma interpretação das obras com base em categorias preestabelecidas, muitas vezes tidas como universais.

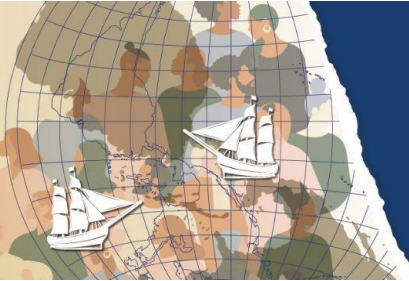
Defende-se portanto, o protagonismo do professor como mediador da leitura, tendo a premissa de aprimorar a apropriação de conceitos e categorias analíticas, partindo-se de uma postura potenciadora que autoriza seu uso, pelos alunos e educadores, como chave de leitura reveladora de dimensões sociais de obras apagadas e/ou desvalorizadas pela crítica autorizada. Com isso, tem-se a projeção das identidades subalternizadas, assim como a valorização dos seus modos de conceber e vivenciar novos modelos de leitura no ensino de literatura, os quais venham a revelar, nas obras, as diversas relações ideológicas e de poder que refletem e continuam refletindo as relações materiais objetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como partida a leitura decolonializada de obras literárias, o sujeito leitor, além de se situar diante do texto, conquista o direito de desempenhar outros papéis diante dele. Isso supera o mero papel que geralmente lhe é atribuído como apreciador. Neste caso, o sujeito passa a se posicionar como um sujeito consciente, que estabelece seu lugar de pertencimento na engrenagem do poder. Esse amadurecimento da postura dos leitores gera uma desmistificação de obras e tende a promover a afirmação da subjetividade antes reprimidas.

O ensino de literatura na educação básica e universitária, passa à concretização de práticas emancipatórias, sendo fundamental que o mediador – professor – estabeleça condições materiais, afetivas e dialógicas para que ocorra uma interação crítica e autêntica do texto literário, tendo em vista as vastas dimensões de mundo dos leitores e escritores. Tendo em vista que, por meio do ensino de literatura, se tem a possibilidade do indivíduo se posicionar de forma prática diante o pensamento de grupos de sujeitos, que não hierarquiza o mesmo, levando em conta uma lógica moderna e/ou colonial de gênero, racial e de classe.

Essas transformações, tão necessárias ao ensino de literatura, tem como premissa os campos e estruturas políticas e culturais, não se limitando às esferas sociais e culturais, mas sim, se relacionando aos campos do saber e do ser. É por isso que se torna necessário o



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



enfrentamento e a transformação das estruturas educacionais, propondo novas ferramentas pedagógicas que sejam capazes não de apenas fazer concessões aos sujeitos subalternizados, mas de incluí-los, assim como viabilizá-los a participarem ativamente na construção de seu saber.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. Visto em: 13 de fev de 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069/1827>

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. In: CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, 2002. p. 77-92.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In.: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 2007. p. 171-193.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia** / Arturo Escobar. - Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, ICANH, 2012.

MARQUES, Mário Osório. **Pedagogia: A ciência do Educador**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1990.

MACHADO, Rodrigo Corrêa Martins; SILVA, Douglas Vinicius Souza. Ensino de literaturas e decolonialidade: por uma educação literária democrática. **Gragoatá**, Niterói, v.26, n. 56, p. 1207-1240, set.-dez. 2021. Visto em: 20 de fev de 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/49166>

MIGNOLO, Walter. El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto. **Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos**, ISSN-e 1668-3633, Nº. 6, 2008. Visto em: 15 de fev de 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5468282>

O JORNAL. “IMORTAIS” de saias e baton. **Fundação Biblioteca Nacional Digital Brasil**. Rio de Janeiro, p. 8, 13 jul. 1951. Acesso em 02 de Jan de 2023. Disponível em < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_05&pasta=ano%20195&pesq=%22IMORTAIS%22%20de%20saias%20e%20baton.&pagfis=8290>

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005 p. 117-142. Visto em: 22 de fev de 2024. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf

REIS, Roberto. **Canon**. In: JOBIM, José Luiz (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.